



Evento	Salão UFRGS 2018: V SALÃO EDUFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes do Campus Litoral Norte
Autores	EVELINE ARAUJO RODRIGUES FABIANO FOGAÇA HERON TORRES

Eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes do Campus Litoral Norte

Entre os requisitos para a implantação do Campus Litoral Norte da UFRGS, no ano de 2014, estava à instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), visto que o local não possui rede coletora municipal de esgoto sanitário. Assim, a ETE do Campus entrou em operação no ano de 2015 e, até o presente momento, encontra-se em fase de teste. O efluente do Campus é direcionado e tratado na ETE e, após o tratamento, é armazenado em reservatórios para posterior recolhimento. O serviço de recolhimento e destinação do efluente é realizado por empresa especializada. O objetivo do presente trabalho é analisar a eficiência atual da ETE do Campus Litoral Norte por meio dos resultados de análises físico-químicas e microbiológicas. Essas análises são realizadas por empresa contratada especializada, a qual é responsável por coletar e analisar, mensalmente, amostras do efluente, em quatro pontos da ETE. Os pontos amostrados são: P1) entrada (efluente bruto); P2) tanque de aeração (efluente em tratamento); P3) decantador secundário (efluente em tratamento); P4) tanque de desinfecção (efluente tratado). Os resultados dos dois primeiros meses são satisfatórios em relação à eficiência da ETE em comparação aos parâmetros previstos na legislação brasileira sobre os critérios e padrões de emissão de efluentes (Resolução Consema 355 de 13 de julho de 2017 e Resolução Conama 430 de 13 de maio de 2011). Com as análises desses resultados, serão realizados os ajustes necessários para atingir a máxima eficiência da ETE e, conseqüentemente, atender os parâmetros na totalidade. Assim, será possível obter a licença ambiental da ETE que irá prever a emissão do efluente, de forma ambientalmente adequada, de acordo com os critérios e padrões de emissão previstos na legislação e conciliando as atividades acadêmicas com a preservação do ecossistema local.